

E POR FALAR EM DEUS...

*Milton R. Medran Moreira**

Divórcio; pesquisas com células-tronco embrionárias; reconhecimento de direitos em união estável, sem casamento, seja de pares hetero ou homossexuais... Sempre que avanços sociais ou científicos são reconhecidos contra mandamentos religiosos, lá vem o “argumento de autoridade” tentando desqualificá-los. Bem, enquanto a autoridade for um bispo, o papa ou um teólogo, ficamos em planos iguais para o debate. Afinal, eles são homens como a gente e, mesmo que alguns reconheçam a infalibilidade de quem os chefia, a condição humana de qualquer um deles facilita sua dessacralização, sem pruridos sacrílegos.

A coisa se complica quando o argumento de autoridade é atribuído ao próprio Deus. Se já somos capazes de repelir o “magister dixit” ou o “Roma locuta, causa finita”, bem mais delicado de contestar é o “Dominus dixit”. Séculos de dominação ainda nos motivam certos escrúpulos em discutir alguns conceitos definitivamente atribuídos a Deus e constantes de livros tidos como sagrados. Mesmo que já tenhamos experimentado uns poucos séculos de humanismo e de vivência gradual de uma sociedade laica, há ainda um amplo terreno que reservamos ao sagrado. Foi um acordo que a Modernidade fez com a religião para que esta deixasse que a sociedade se regesse, livre de sua tutela: dicotomizamos a vida entre o natural e o sagrado. Do natural cuidaríamos nós, mortais. O sagrado, onde estaria aprisionado o conceito de Deus e a interpretação de Sua palavra, deixamos reservado à Igreja e a seus representantes.

Mas, quem disse que deverá ser sempre assim? Acordos são observados enquanto servem à sociedade e contribuem com o avanço do conhecimento e dos costumes. Por que teremos que enclausurar Deus e Sua palavra em um livro? Por que não ampliarmos as fontes capazes de nos oferecer um Deus mais compatível com o nosso tempo, nossos conhecimentos, nossas necessidades, demandas e anseios?

Tomar, por exemplo, o mito da criação bíblica de Adão e Eva no paraíso e tudo o que ali consta como lhes tendo sido dito por Jeová, como verdade histórica, eterna e imutavelmente regradora da sociedade é desrespeitar e desqualificar tudo o que a humanidade construiu depois do tempo em que aqueles livros eram, simultaneamente, constituição, lei penal, civil e trabalhista, com vigência nos céus e na Terra. Por insistir a religião em restaurar todo esse ordenamento é que o próprio conceito de Deus estagnou, a tal ponto de ser tachado como ateu ou sacrílego quem O vê sob outros enfoques.

Quanto a mim, permito-me ter uma outra leitura de Deus. Frequentemente, O vejo e ouço em manifestações que atrairiam a ira do Jeová que ainda hoje vocifera, furibundo, contra a igualdade dos sexos, a liberdade de crença, a faculdade individual de dividir a vida com quem bem se queira, de se casar ou não casar, de ter filhos quantos se queira, ou nenhum se não se quiser. Ouço-O preferentemente pela voz de minha consciência e, mais amplamente, pela expressão da consciência social que se manifesta nos costumes dos povos, nas normas democraticamente votadas nos parlamentos e nas decisões ditadas pela equidade e sabedoria dos juízes e dos tribunais. Se a religião permitisse que cada um O visse a partir das múltiplas manifestações da vida, tenho certeza de que haveria muito menos ateísmo no mundo.

****Advogado e jornalista. Presidente do Centro Cultural Espírita de Porto Alegre.***